



Tribunal Regional do Trabalho

16.^a Região

Concurso Público Nível Médio

Aplicação: 24/7/2005



Técnico Judiciário

Área: Administrativa

Caderno

Viriato Corrêa

Cargo **10**

TARDE

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno — Viriato Corrêa — coincide com o nome que está registrado no cabeçalho de sua folha de rascunho, à direita, e se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 4 Não utilize material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I 26/7/2005, a partir das 10 h (horário de Brasília) — Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília, e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/trt162005.
- II 27 e 28/7/2005 — Recursos (provas objetivas): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br.
- III 26/8/2005 — Resultados finais das provas objetivas e convocação para a prova prática de digitação: Diário Oficial da União e locais mencionados no item I.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 14 do Edital n.º 1/2005 — TRT/16.ª REGIÃO, de 4/3/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Grande Oportunidades para Realizar Sonhos

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 10

Haja Kbça p/ tanta 9idade

1 Se o leitor já passou dos 30 ou não tem adolescentes na família, pode achar que há algo errado com o título acima. Essa é apenas uma forma enxuta e rápida de dizer: HAJA
4 CABEÇA PARA TANTA NOVIDADE. E é assim que boa parte dos internautas se comunica. Os populares serviços de troca de mensagens instantâneas, como ICQ e MSN –
7 Messenger, e os torpedos enviados por celulares trouxeram à tona uma mudança na escrita. Os internautas têm pressa, por isso acharam uma maneira rápida, econômica e eficiente de
10 se comunicar.

É bom os pais e educadores, que se descabelam com essas abreviações da língua portuguesa, irem se
13 acostumando, pois a linguagem cifrada acaba de chegar à televisão. Uma rede do sistema de tevê a cabo estreou uma programação em que a legenda dos filmes é escrita no idioma
16 cibernético. As produções são exibidas às terças-feiras à noite e devem priorizar os filmes de ação e de aventura, que têm nos adolescentes seu público mais fiel. No que depender do
19 público-alvo, a sessão cibernética será um sucesso. “Gosto muito de filmes, e colocando minha linguagem fica mais tranquilo”, diz o estudante Fernando Notlin, de 17 anos de
22 idade, um dos quatro contratados pela empresa de tradução para adaptar os filmes ao idioma cifrado.

“Tivemos de encontrar um meio-termo pois tem
25 grupos muito radicais e não dá para entender nada do que eles falam”, diz Marcelo Leite, diretor da empresa de tradução.

Os idealizadores do programa estão preparados para
28 as críticas. A mais contundente seria sobre o desuso da língua portuguesa. “Enquanto essa grafia cifrada for usada só em ambiente de internautas, tudo bem, é mais uma modalidade
31 gráfica de gíria. Extrapolar isso ao grande público é um assalto à integridade do idioma”, diz o filólogo Evanildo Bechara, da Academia Brasileira de Letras.

34 Para os linguistas, a escrita cibernética é mais uma forma de comunicação. “Os jovens estão crescendo nessa linguagem funcional. Se eles usam um meio eletrônico é
37 porque querem ser rápidos. Não vejo perigo”, diz a professora Eni Orlandi, do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade de Campinas (UNICAMP).

Cláudia Pinho. *Istoé*, 16/3/2005, p. 56-7 (com adaptações).

Com referência ao emprego de palavras e expressões no texto, julgue os itens seguintes.

- 1 As expressões “linguagem cifrada” (ℓ.13), “idioma cibernético” (ℓ.15-16), ‘modalidade gráfica de gíria’ (ℓ.30-31) e ‘linguagem funcional’ (ℓ.36) se equivalem no texto.
- 2 O pronome ‘isso’ (ℓ.31) é um elemento de coesão no texto e refere-se exclusivamente à expressão ‘grafia cifrada’ (ℓ.29).

Considerando as relações estabelecidas entre as estruturas usadas no texto, julgue os itens que se seguem.

- 3 A mesma regra de concordância que permite dizer “é assim que boa parte dos internautas se comunica” (ℓ.4-5) permite que se diga: é assim que boa parte dos internautas se comunicam.
- 4 Nas linhas 11 e 12, a presença das vírgulas indica que a frase “que se descabelam com essas abreviações da língua portuguesa” é uma explicação porque apenas acrescenta uma informação a respeito da reação dos pais e educadores.
- 5 O uso das crases em “às terças-feiras à noite” (ℓ.16) justifica-se exclusivamente por se tratar de palavras femininas.

Com relação às idéias do texto, julgue os itens a seguir.

- 6 As mudanças na escrita, provocadas pela linguagem cibernética, estão desencadeando uma revisão das normas ortográficas da língua portuguesa.
- 7 O papel dos pais e educadores é o de reforçar o estudo das normas gramaticais da língua portuguesa sob pena de adulteração do idioma.
- 8 A passagem ‘Extrapolar isso ao grande público é um assalto à integridade do idioma’ (ℓ.31-32) expressa a principal tese defendida no texto.

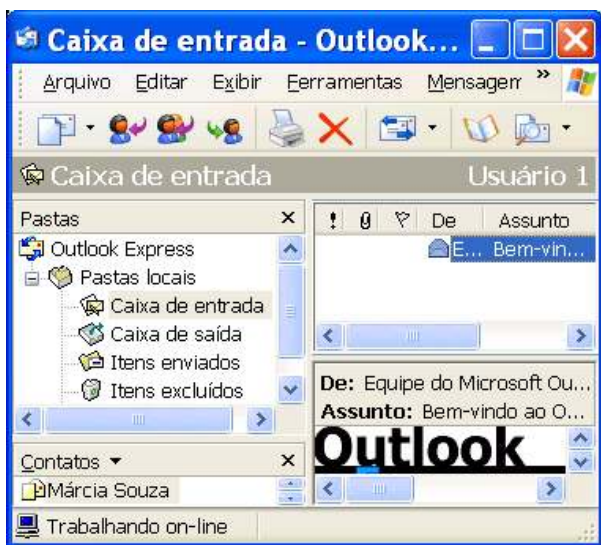
Em face da linguagem objeto do texto, julgue os itens subsequentes, acerca da linguagem em contexto de comunicação oficial.

- 9 O memorando, por se tratar de um documento de comunicação interna no âmbito institucional, permite o uso de expressões da escrita cifrada, como **vc** em lugar de **você**, por exemplo.
- 10 Em um relatório, a frase ‘pois tem grupos muito radicais’ (ℓ.24-25) ficaria mais adequada às normas formais da língua portuguesa se fosse redigida do seguinte modo: **pois há grupos muito radicais**.



Com relação à janela do Internet Explorer 6 (IE6) ilustrada acima, julgue o item que se segue, considerando que esta janela esteja em execução em um computador PC.

- 11 O botão  permite que se defina a página mostrada na janela do IE6 como página inicial do IE6.



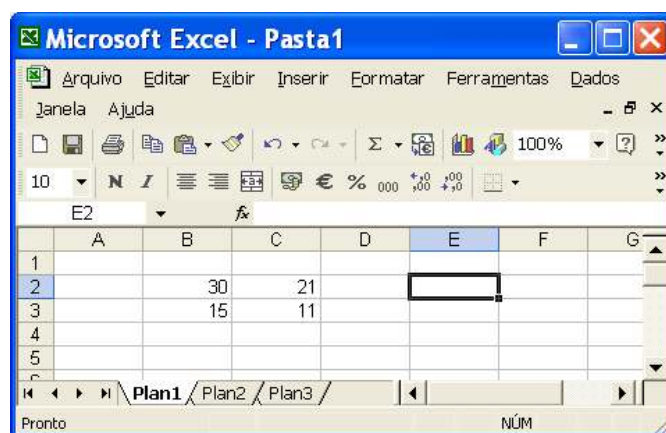
Com relação à janela do Outlook Express 6 (OE6) ilustrada acima, julgue os itens subsequentes, considerando que essa janela esteja em execução em um computador PC, cujo sistema operacional é o Windows XP Professional.

- 12 Caso se deseje responder ao seu remetente a mensagem de correio eletrônico selecionada da caixa de entrada do OE6, a resposta poderá ser editada utilizando-se os recursos do OE6 que são disponibilizados ao se clicar o botão .
- 13 Para se acessar recurso do OE6 que permita a edição e o posterior envio de mensagem de correio eletrônico ao contato associado ao ícone , é suficiente aplicar um clique duplo sobre o referido ícone.



Julgue os itens a seguir, considerando a figura acima, que mostra parte de uma janela do Word 2000 que contém um documento em edição.

- 14 Por meio do campo , pode-se alterar o estilo de fonte de texto que estiver selecionado no documento em edição.
- 15 O botão  é utilizado para se inserir no documento em edição símbolos não disponíveis diretamente no teclado.
- 16 Clicar o botão  é equivalente a realizar o seguinte procedimento: pressionar e manter pressionada a tecla ; teclar ; liberar a tecla .



A figura acima mostra uma janela do Excel 2002, com uma planilha em processo de edição, contendo quatro números. Com relação a essa janela e ao Excel 2002, julgue os itens subsequentes.

- 17 Caso se clique a célula B4, se digite $=B2/B3$ e, em seguida, se teclasse , aparecerá, na célula B4, o número 2.
- 18 Para que o número contido na célula C2 seja exibido com duas casas decimais, é suficiente clicar essa célula, o que ativará o botão , e, em seguida, clicar duas vezes esse botão.

Com relação ao Windows XP, julgue os itens seguintes.

- 19 No Windows XP, para se alterar a resolução da tela do monitor, é necessário que o CD de instalação do Windows esteja na unidade de CD do computador em que se deseja realizar essa operação.
- 20 O Windows XP possui uma ferramenta denominada Lixeira, que, caso esteja configurada de forma apropriada, permite recuperar arquivos ou pastas que tenham sido excluídos anteriormente de suas pastas originais.

A paz que busca em sua vida pessoal Ronaldo foi pedir em uma das regiões mais perigosas do mundo. O craque brasileiro visitou Ramallah, na Cisjordânia, e Herzliya, em Israel, para inaugurar um centro para jovens carentes e visitar projetos contra a pobreza. Essa é a segunda missão de Ronaldo como embaixador da Boa Vontade da Organização das Nações Unidas (ONU). A primeira aconteceu em 1999, quando visitou os refugiados de Kosovo.

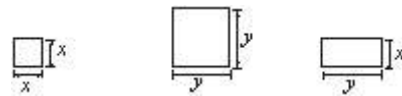
Em todos os lugares, o brasileiro falou da importância do avanço do processo de paz na região. Recebeu, além do reconhecimento das autoridades, o carinho de palestinos e israelenses, que se espremiavam para tocá-lo ou apenas vê-lo. Só no palácio da Cultura palestina havia 1.500 pessoas em um lugar onde cabiam 750.

O Globo, 17/5/2005, p. A30 (com adaptações).

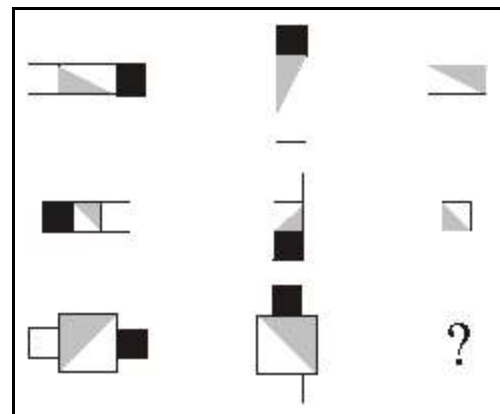
Tendo o texto acima como referência inicial e considerando os múltiplos aspectos que envolvem o assunto por ele abordado, julgue os itens que se seguem.

- 21 Conhecido como invenção dos ingleses, o futebol se disseminou pelo mundo afora e popularizou-se de tal forma que, nos dias de hoje, é considerado uma extraordinária forma de conagração entre os povos e, não raro, instrumento usado a favor da paz.
- 22 A inexpressiva recepção dada a Ronaldo no Oriente Médio pode ser explicada pelo temor de atos terroristas, tão comuns na região.
- 23 De maneira geral, os esportes acompanharam o processo de globalização econômica vivido no mundo contemporâneo e passaram a se constituir também em importante negócio, que envolve volumosos recursos financeiros.
- 24 A região visitada por Ronaldo, o Oriente Médio, não mais tem qualquer importância econômica mundial, mas é marcada por permanentes conflitos de origem religiosa.
- 25 Embora tenham governantes, Palestina e Israel ainda não são Estados nacionais soberanos, razão pela qual lutam há tanto tempo.
- 26 A visita citada no texto teve a chancela da ONU, que é o maior e mais importante organismo político multilateral existente no mundo.
- 27 Um problema de difícil solução no Oriente Médio é a partilha da cidade de Jerusalém, considerada sagrada por judeus, muçulmanos e cristãos.
- 28 Depois de sofrer a invasão comandada pelos Estados Unidos da América, o Iraque transformou-se em uma das mais pacíficas áreas do Oriente Médio.

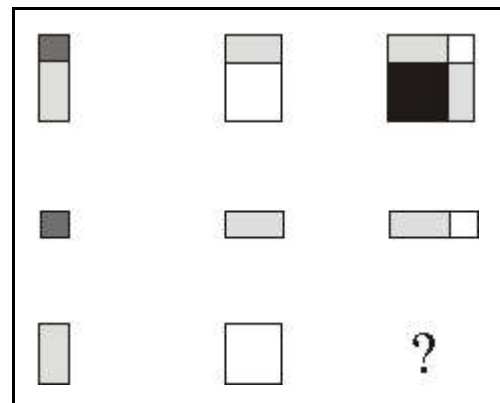
As figuras utilizadas nas seqüências lógicas I e II mostradas abaixo são obtidas a partir do sombreamento total ou parcial, do movimento e da justaposição de quadrados de lados x e y e de retângulos de lados x e y , conforme ilustrado a seguir.



Em cada seqüência lógica, para se descobrir a figura que deve ser colocada no lugar do ponto-de-interrogação, é necessário determinar a lógica de formação da seqüência, observando-se as suas linhas e (ou) colunas.



seqüência I



seqüência II

Com base nas informações acima, julgue os itens seguintes.

- 29 Na seqüência lógica I, a figura que substitui o ponto-de-interrogação é a mostrada a seguir.



- 30 A área da figura que substitui o ponto-de-interrogação na seqüência lógica II é igual a $xy + x^2$.

Carlos e Joaquim ocupam cargos distintos em uma empresa, podendo ser técnico em programação ou técnico em administração. Eles foram escolhidos para comprar vários itens necessários ao serviço, incluindo computadores e mesas. Na tabela ao lado, há duas células marcadas com V (verdadeiro) no

		perfil		compra	
		técnico em programação	técnico em administração	computadores	mesas
nome	Carlos			V	
	Joaquim				
compra	computadores				
	mesas	V			

ponto de cruzamento da informação de uma linha com a informação da coluna, significando que Carlos foi o único responsável pela compra dos computadores e que o técnico em programação foi o único que comprou as mesas.

Com base nas informações apresentadas acima, julgue os seguintes itens.

- 31 Se Carlos é técnico em programação, então Joaquim é técnico em administração.
- 32 Se Joaquim comprou as mesas, então Carlos é técnico em administração.
- 33 Se Joaquim não comprou as mesas, então os computadores foram comprados pelo técnico em programação.
- 34 As informações dadas no enunciado são suficientes para se garantir que o técnico em administração comprou os computadores.

argumento I	argumento II
P1 Toda pessoa saudável pratica esportes.	P1 Toda pessoa saudável pratica esportes.
P2 Alberto não é uma pessoa saudável.	P2 Alberto pratica esportes. conclusão:
conclusão: Alberto não pratica esportes.	Alberto é saudável.

Considerando os argumentos I e II acima, julgue os próximos itens.

- 35 O argumento I não é válido porque, mesmo que as premissas P1 e P2 sejam verdadeiras, isto não acarreta que a **conclusão** seja verdadeira.
- 36 O argumento II é válido porque toda vez que as premissas P1 e P2 forem verdadeiras, então a **conclusão** também será verdadeira.

Julgue os itens subsequentes.

- 37 É igual a 5! o número de seqüências de caracteres distintos com 5 letras que podem ser formadas com as letras da palavra **Internet**.
- 38 Se os números das matrículas dos empregados de uma fábrica têm 4 dígitos e o primeiro dígito não é zero e se todos os números de matrícula são números ímpares, então há, no máximo, 450 números de matrícula diferentes.

A diretoria da associação dos servidores de uma pequena empresa deve ser formada por 5 empregados escolhidos entre os 10 de nível médio e os 15 de nível superior. A respeito dessa restrição, julgue os itens seguintes.

- 39 Há mais de 20 mil maneiras para se formar uma diretoria que tenha 2 empregados de nível médio e 3 empregados de nível superior.
- 40 Se a diretoria fosse escolhida ao acaso, a probabilidade de serem escolhidos 3 empregados de nível superior seria maior que a probabilidade de serem escolhidos 2 empregados de nível médio.

Em cada um dos itens subseqüentes, é apresentada uma situação hipotética relativa à ética no serviço público, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 41 Sueli, servidora pública, apresenta bom desempenho e tem boas relações interpessoais no trabalho. Devido a seus vínculos de amizade no ambiente de trabalho, Sueli, algumas vezes, acoberta irregularidades, de diversas naturezas, praticadas por determinados colegas. Nessa situação, a conduta de Sueli é antiética, pois privilegia aspectos pessoais em detrimento de aspectos profissionais e da ética no serviço público.
- 42 Mariana, servidora pública, tem entre suas atribuições a tarefa de prestar atendimento ao público. Muitas vezes, por estar assoberbada de trabalho interno, Mariana, embora forneça informações corretas, tem má vontade e trata as pessoas sem cortesia no atendimento. Nessa situação, a conduta de Mariana é considerada ética, pois ela oferece informações fidedignas e sua descortesia é justificada pela sobrecarga de trabalho.

As organizações que têm orientação para a qualidade buscam, freqüentemente, planejar seus trabalhos por meio da utilização de equipes de trabalho. Essa estratégia gerencial, se bem conduzida, dá mais confiança aos colaboradores e possibilita melhores resultados para a organização.

Tendo o texto acima por referência inicial, julgue os itens que se seguem, a respeito do trabalho em equipe.

- 43 O nível potencial de desempenho de uma equipe pouco depende dos recursos individuais de seus membros. O bom nível de desempenho da equipe depende mais do recurso global constituído pelo grupo.
- 44 As equipes de trabalho precisam ter um líder formal. Essa liderança tem os propósitos de organizar melhor o desenvolvimento do trabalho, conduzir a equipe para o alcance das metas e intermediar a comunicação com os superiores.
- 45 Para ser eficaz, uma equipe de trabalho deve ter os papéis de seus membros preestabelecidos, por meio de definição clara e objetiva de atribuições de competências, que restrinja o campo de atuação individual de seus membros.
- 46 O relacionamento interpessoal é um dos aspectos mais importantes que contribuem para a eficácia do trabalho em equipe. Esse tipo de trabalho exige que seus membros tenham empatia, postura profissional participativa, capacidade de comunicação e respeito à individualidade do outro.

Em cada um dos próximos itens, é apresentada uma situação hipotética acerca do comportamento profissional, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 47 Karen, técnica judiciária, trabalha no setor de telefonia do TRT e tem entre suas atribuições a atividade de prestação de informações acerca da tramitação de processos no tribunal. Karen é muito atenciosa e criteriosa e se excede ao dar os esclarecimentos solicitados; ela explica várias vezes o mesmo assunto para que o cliente possa entender bem a sua resposta. Nessa situação, a conduta de Karen, na sua comunicação com o público, é bastante eficiente.
- 48 Vera, servidora pública, exerce atividades de atendimento ao público em uma unidade do TRT. Vera conhece muito bem o funcionamento do seu setor de trabalho, procura manter-se atualizada com relação às inovações envolvidas em suas tarefas e está sempre bem-humorada, atendendo as pessoas com cordialidade e presteza. Nessa situação, o comportamento profissional apresentado por Vera é de alta qualidade.
- 49 Daniel, técnico judiciário do TRT, é responsável pela realização de contatos ascendentes e descendentes, internos e externos do tribunal. Para cumprir bem suas atribuições, Daniel pode fazer uso de vários canais de comunicação. Nessa situação, a seleção do canal a ser utilizado por Daniel independe do tipo de mensagem a ser transmitida, mas tem de considerar as características do receptor e a disponibilidade do canal.
- 50 Marcos, técnico judiciário, trabalha no atendimento em um ambulatório do TRT. De modo geral, a clientela atendida por Marcos tem urgência do serviço e, na maioria das vezes, apresenta-se impaciente com a rotina estabelecida para a execução desse trabalho. Nessa situação, para Marcos prestar um bom atendimento, não basta a sua habilidade de boa comunicabilidade, boa apresentação pessoal e cortesia; ele deve ter atitude de discrição e conduta de tolerância com a clientela.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca das normas inerentes à tutela do trabalho, julgue os itens a seguir.

- 51 O empregador, qualquer que seja a modalidade da prestação de serviço do empregado, é totalmente responsável pelo pagamento do período de afastamento e gozo de licença-maternidade, inexistindo previsão de ressarcimento.
- 52 O irmão do interessado, portando procuração, poderá receber a Carteira de Trabalho e Previdência Social no órgão responsável pela sua expedição.
- 53 O trabalho em dia destinado ao repouso, podendo ser em domingo ou feriado, não compensado, deve ser pago em dobro. Caso exista compensação, caracterizada pela concessão de folga em qualquer outro dia, nada deve o empregador ao empregado quanto ao trabalho prestado em tais dias especiais.
- 54 Considere que um empregado foi contratado no dia 12/12/2003, quando tinha 16 anos e dois meses de idade. Quando estava iniciando o período concessivo para as férias, dia 10/1/2004, o citado empregado, comprovando estar passando por dificuldades, e, ainda, comprovando estar estudando, exigiu do empregador a concessão imediata de suas férias. Nessa situação, considerando ser o empregado estudante com menos de 18 anos de idade, o empregador estará obrigado a acatar o requerimento, pois as férias do empregado menor devem ocorrer no mês de janeiro de cada ano, mês este coincidente com as férias escolares.

Quanto ao direito coletivo do trabalho, julgue os itens a seguir.

- 55 Caso o sindicato representante da categoria profissional firme instrumento coletivo de trabalho com o sindicato representante da categoria econômica no dia 31/6/2005, as condições nele previstas poderão ter vigência até o dia 31/6/2007.
- 56 Se o sindicato que representa a categoria econômica firma acordo de banco de horas com uma empresa, esta empresa poderá ser dispensada do pagamento do adicional de horas extras, caso seus empregados ultrapassem a jornada de oito horas diárias, prestando serviços até dez horas em um dia, se houver a compensação das horas excedentes dentro do prazo de até um ano.
- 57 Considere que uma empregada foi contratada por uma empresa no dia 22/3/2002. No dia 2/4/2005, a empregada recebeu aviso prévio, que deveria ser cumprido com a redução de duas horas diárias. No dia 10/4/2005, foram abertas inscrições para as chapas que disputariam as eleições para cargos de diretoria do sindicato. A empregada em questão inscreveu-se no mesmo dia para um dos cargos de diretoria. Nessa situação, o empregador não pode dispensar a empregada porque sua estabilidade deve ser considerada desde a inscrição na chapa e o período de aviso prévio é computado no contrato de trabalho para todos os efeitos legais.
- 58 Considere que um empregado inscreveu-se para integrar uma das chapas do sindicato da categoria no dia 19/4/2005, às 14 h 30 min. Nessa situação, a fim de ser reconhecida sua estabilidade desde a inscrição, o sindicato deveria comunicar, por escrito, à empresa, tal candidatura, no prazo de 24 horas. Caso contrário, o empregador poderia dispensar o empregado no dia 20/4/2005, sem justa causa, pois não seria garantida a ele a estabilidade.

Em face da legislação e jurisprudência protetivas quanto ao trabalho da mulher, julgue os itens subseqüentes.

- 59 A mulher tem direito à licença gestante, com duração de 120 dias, sendo 28 dias antes e 92 dias após o parto.
- 60 Em obediência à Constituição Federal e à legislação ordinária, as empresas que têm em seus quadros mais de 100 empregados são obrigadas a contratar, no mínimo, 20 mulheres.
- 61 Se uma empregada de uma instituição bancária engravidar-se e for dispensada, tomando ciência do aviso prévio após 20 dias da concepção, ainda que o empregador desconheça o seu estado gravídico, está obrigado a respeitar a estabilidade prevista em relação à gestante, pagando a indenização inerente ao período.
- 62 Caso uma empregada dê à luz uma criança no dia 20/6/2005, sua estabilidade prevalecerá até o dia 20/11/2005. Após tal data, o empregador poderá dispensá-la, sem pagar qualquer indenização decorrente de estabilidade.
- 63 As mulheres não podem prestar serviços em contato com agentes insalubres ou perigosos, em decorrência de sua situação especial entre as categorias de empregados, conforme prevê tratamento diferenciado na Consolidação das Leis do Trabalho.

Julgue os próximos itens, acerca do horário de trabalho, descanso do trabalhador e do adicional noturno.

- 64 Embora a hora noturna do empregado urbano seja limitada ao horário das 22 h às 5 h, caso um empregado preste serviços das 19 h às 7 h, receberá como horas diurnas aquelas prestadas entre 19 h e 21 h 59 min e como horas noturnas aquelas trabalhadas das 22 h às 7 h.
- 65 Considere que uma empregada trabalha em uma empresa, cumprindo jornada regular de 44 horas semanais. Caso ela tenha interesse em cumprir apenas 22 horas semanais com conseqüente diminuição salarial, ainda que não exista instrumento coletivo de trabalho permitindo tal ajuste, pode o empregador acatar o requerimento da empregada, sem que se sujeite a nenhuma penalidade.
- 66 Caso um empregado falte ao serviço de forma injustificada em uma quarta-feira, além de sofrer o desconto relativo à falta, perderá também o direito ao recebimento do repouso semanal remunerado.
- 67 Embora o empregado doméstico tenha direito ao repouso semanal remunerado, não faz jus às folgas decorrentes de feriados.

Julgue os itens seguintes, acerca das provas no processo do trabalho.

- 68 Considere que um reclamante faz chegar aos autos declaração de um colega afirmando que presenciou o chefe de ambos dirigindo-se ao autor com expressões de baixo calão. Por meio dessa declaração, busca o reclamante a rescisão indireta do contrato de trabalho. Nessa situação, é totalmente válida como prova tal declaração, independentemente da presença de seu autor em audiência para depor e confirmar o teor da mesma.
- 69 Considere que um reclamante pretende provar que trabalhou em jornada elastecida, com o fim de receber horas-extras com adicional de 50%. A empresa para a qual prestou serviços tem seis empregados. Nessa situação, e buscando comprovar sua afirmativa, é correto requerer o autor da ação a inversão do ônus da prova, ao fundamento de que cabe ao empregador apresentar controles de frequência, pois é obrigado pela legislação a ter tais documentos.

Com relação ao processo do trabalho e suas peculiaridades, julgue os itens a seguir.

- 70 O direito processual civil comum pertine, sem restrição, ao direito processual do trabalho, porque muitas questões processuais não são previstas na Consolidação das Leis do Trabalho.
- 71 No caso de conciliação homologada pelo juiz do trabalho, não cabe, para as partes diretamente envolvidas no litígio, nenhum tipo de recurso. Para as partes que integram os pólos ativo e passivo da demanda, é possível anular um acordo somente mediante ação rescisória.
- 72 A incompetência em razão do lugar pode e deve ser pronunciada de ofício pelo juiz.
- 73 Um empregado residente em Vitória – ES, embora tenha trabalhado para uma empresa durante todo o período do vínculo empregatício na cidade do Rio de Janeiro – RJ, deve reclamar direitos devidos pelo empregador em questão em uma vara de Vitória, pois, em decorrência do princípio da proteção ao hipossuficiente, a reclamação deve ser ajuizada no local de residência do empregado, ainda que tenha trabalhado ou sido contratado em outro local.

Considerando as audiências que acontecem nas Varas de Justiça do Trabalho, julgue os seguintes itens.

- 74 O interstício entre a data do recebimento da notificação pelo reclamado e a data da audiência deve ser de, no mínimo, 5 dias.
- 75 As audiências na Justiça do Trabalho devem ser unas, cabendo o seu fracionamento somente no caso de força maior, plenamente justificada pelo juiz. Caso não se verifique a unicidade da audiência, tampouco a justificativa inerente à modalidade da justa causa, resta configurada a nulidade do processo.

No referente aos procedimentos e recursos existentes no processo do trabalho, julgue os itens subseqüentes.

- 76 Em uma ação na qual se busque o reconhecimento da responsabilidade subsidiária da União em caso de terceirização, deve o empregado incluir no pólo passivo da demanda o devedor principal, requerendo a subsidiariedade da União. Consistindo o pedido em valor equivalente a 3 salários mínimos, a ação estará sujeita ao procedimento sumaríssimo.

- 77 No procedimento sumaríssimo, cada parte poderá apresentar até duas testemunhas.
- 78 O inquérito para apuração de falta grave deve ser ajuizado pelo empregador, buscando provar a justa causa de seu empregado estável. Em tal procedimento, cada uma das partes envolvidas pode apresentar até seis testemunhas. Não provada a justa causa, pode caber a reintegração do empregado.
- 79 No processo de execução são devidas custas, sempre de responsabilidade do executado e pagas ao final.
- 80 A legislação determina que os tribunais regionais procedam à uniformização de seu entendimento quanto a assuntos em que existam julgamentos distintos das turmas que o compõem, quanto à mesma matéria. As súmulas dos tribunais regionais provenientes da uniformização ensejam a admissibilidade do recurso de revista quando contrariar súmula da jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho.

Após o preenchimento de todas as formalidades exigidas por lei, João tomou posse em um cargo público federal efetivo que não é abrangido pelas hipóteses de acumulação previstas na Constituição Federal. Um mês após a sua entrada em efetivo exercício, a administração recebeu denúncia de que João ainda mantinha contrato de trabalho com uma empresa pública instituída por estado-membro da Federação.

Considerando a situação hipotética acima e os dispositivos da Lei n.º 8.112/1990 — Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União — vigentes, julgue os itens seguintes.

- 81 Para que João seja considerado investido no cargo público, haverá de ter cumprido, entre outras, as seguintes exigências legais: aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos, nomeação pela autoridade administrativa competente, assinatura do termo de posse e início do efetivo desempenho das atribuições do cargo.
- 82 Se for verdadeiro o fato denunciado, é correta a hipótese de que João tenha efetuado declaração falsa, uma vez que a lei exige expressamente que o servidor, no ato da posse, apresente declaração quanto ao não-exercício de outro cargo, emprego ou função pública.
- 83 De acordo com a lei, a autoridade administrativa competente deverá notificar João, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar sua defesa no prazo improrrogável de dez dias, contados da ciência, sob pena de ser invalidada a sua nomeação.
- 84 Apesar de a Lei n.º 8.112/1990 ser aplicável aos servidores da União, das autarquias e das fundações públicas federais, ela prevê expressamente que a vedação de acumular cargos, empregos e funções estende-se aos empregados das empresas públicas estaduais.
- 85 Se devidamente caracterizada a acumulação ilegal e provada a má-fé de João, aplicar-se-á a ele a pena de demissão, hipótese em que a empresa pública estadual com a qual João mantém relação de emprego deverá ser comunicada.

Em janeiro de 2005, auditores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) constataram, em uma fazenda localizada no interior de determinado estado-membro da Federação, o descumprimento pelo empregador de diversos dispositivos da legislação trabalhista, inclusive com trabalhadores expostos a condições de trabalho degradantes. Os auditores lavraram auto de infração, com aplicação de multas em decorrência do descumprimento de normas de proteção a relações de trabalho. Um dos trabalhadores ingressou com ação contra o empregador pleiteando indenização por danos morais e patrimoniais, em razão das condições de trabalho a que foi exposto.

Considerando a situação hipotética acima e os dispositivos da Constituição Federal vigentes, julgue os itens seguintes.

- 86 A competência para processar e julgar eventuais ações propostas pela União, relativas às penalidades administrativas aplicadas pelos auditores do MTE, é da justiça do trabalho.
- 87 Não compete à justiça do trabalho processar e julgar a ação por danos morais e patrimoniais proposta pelo empregado contra o empregador mencionada no texto.
- 88 É da competência da justiça do trabalho processar e julgar eventual mandado de segurança proposto pelo empregador, por meio do qual questione a legalidade das multas que lhe foram aplicadas pelos auditores do MTE.
- 89 É da justiça do trabalho a competência para processar e julgar *habeas corpus* preventivo cujo paciente seja o empregador, visto que a Constituição Federal a ela atribui expressamente a competência para processar e julgar as ações atinentes aos crimes que envolvam empregados e empregadores.
- 90 No caso de não haver na comarca vara da justiça do trabalho nem a comarca estar abrangida por sua jurisdição, eventuais ações trabalhistas dos empregados contra o empregador poderão ser processadas e julgadas por um juiz de direito investido por lei da jurisdição trabalhista, cabendo recurso para o respectivo tribunal regional do trabalho.

Considerando as normas vigentes da Constituição Federal relativas à organização e à competência da justiça do trabalho, julgue os itens a seguir.

- 91 Um quinto dos ministros integrantes do Tribunal Superior do Trabalho (TST) deve ser escolhido entre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e entre membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) com mais de dez anos de efetivo exercício, atendidos outros requisitos estabelecidos na Constituição Federal.
- 92 Por disposição expressa da Constituição Federal, são órgãos integrantes da justiça do trabalho apenas o TST e os tribunais regionais do trabalho.
- 93 A Constituição Federal determina que haverá pelo menos um tribunal regional do trabalho em cada estado e no Distrito Federal. Cada tribunal será composto de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo presidente da República.
- 94 Entre as competências constitucionais da justiça do trabalho, inclui-se a de processar e julgar os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
- 95 A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho funcionará junto ao TST, cabendo-lhe, entre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e a promoção na carreira.

A respeito das disposições vigentes na Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens a seguir.

- 96 O prazo de validade de concurso público deve ser objeto da norma editalícia, que regulamentará o certame, e será de até um ano, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.
- 97 O servidor vinculado ao regime da lei mencionada, que acumular lícitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidos.
- 98 É vedado ao servidor público, seja ocupante de cargo efetivo ou de cargo em comissão, atuar como procurador ou intermediário em repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau e de cônjuge ou companheiro.
- 99 O servidor público que, por ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, causar prejuízo ao erário ou a terceiros fica obrigado a reparar o dano, obrigação esta que se estende solidariamente ao cônjuge e aos herdeiros do servidor, em caso de falecimento deste.
- 100 A pena de demissão, aplicável somente ao servidor ocupante de cargo de provimento efetivo com mais de dois anos de exercício, será aplicada nos seguintes casos, entre outros: crime contra a administração pública, corrupção, aplicação irregular de dinheiros públicos e insubordinação grave em serviço.

Sem embargo de diversidade de modelos concretos, o princípio da divisão dos poderes, no Estado de Direito, tem sido sempre concebido como instrumento da recíproca limitação deles em favor das liberdades clássicas: daí constituir em traço marcante de todas as suas formulações positivas os pesos e contrapesos adotados.

A fiscalização legislativa da ação administrativa do Poder Executivo é um dos contrapesos da Constituição Federal à separação e independência dos Poderes: cuida-se, porém, de interferência que só a Constituição da República pode legitimar.

Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 3.046-SP. Diário de Justiça de 28/5/2004, relator: Ministro Sepúlveda Pertence.

Considerando o texto acima, julgue os itens a seguir.

- 101 A fiscalização legislativa da ação administrativa do Poder Executivo mencionada no texto é uma das atribuições conferidas pela Constituição Federal ao Congresso Nacional, ao qual compete exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

- 102 Tem sido considerada pela doutrina como uma visível interferência no princípio da separação dos Poderes, de que trata o texto, a competência atribuída pela Constituição Federal ao presidente da República para, em caso de relevância e urgência, editar medida provisória sobre matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente apenas de sanção ou veto presidencial.
- 103 Uma exceção constitucional ao princípio da separação dos Poderes referido no texto diz respeito à atribuição conferida ao presidente da República para decidir sobre a composição do Supremo Tribunal Federal (STF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST), mediante escolha e nomeação dos ministros, após aprovação dos nomes por maioria simples pelo Senado Federal.
- 104 O princípio da separação dos Poderes de que trata o texto não é absoluto, pois a Constituição Federal atribui competência ao Senado Federal para processar e julgar o presidente da República, nos crimes comuns e de responsabilidade, definidos em lei especial, desde que devidamente autorizado por dois terços da Câmara dos Deputados.
- 105 A Constituição Federal estabelece que as mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a ministros de Estado, sendo que a recusa ou o não-atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas importam em crime de responsabilidade, cuja competência para processar e julgar foi atribuída ao STF.
- 106 O STF poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, na forma estabelecida em lei.

Relativamente às normas da Constituição Federal atinentes aos direitos e garantias fundamentais, ao Poder Judiciário e à ordem social vigentes, julgue os itens seguintes.

- 107 Os tratados e convenções internacionais que forem aprovados pelo Congresso Nacional em sessão conjunta, em dois turnos, por sessenta por cento dos votos dos seus membros, entram para o ordenamento jurídico brasileiro como equivalentes às emendas constitucionais.
- 108 Diferentemente do que acontece com todos os ministros do STF, a Constituição Federal não exige que os ministros do STJ e do TST sejam brasileiros natos.
- 109 Nenhum benefício ou serviço da seguridade social pode ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio, sendo que qualquer norma atinente ao sistema de contribuição para a seguridade social somente pode entrar em vigor após decorridos noventa dias da data da publicação da respectiva lei.
- 110 Constitui um dos objetivos da seguridade social o caráter democrático e descentralizado da sua administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

Em determinado arquivo corrente optou-se pelo método básico alfabético. Ocorre que, no arquivamento, duas pessoas têm sobrenome igual, João Villa-Lobos e Otávio Villa-Lobos. Havia também três pessoas com sobrenome Santos, José dos Santos, J. Santos e Jonas dos Santos. No mesmo arquivo, existiam mais duas pessoas: uma chamava-se Marcelo da Câmara e a outra Juvenal de Almeida. Apareciam também situações de pessoas cujo sobrenome exprimiam graus de parentesco, como Antônio Almeida Neto e Pedro Carvalho Filho. Havia dois autores espanhóis, Francisco Carbalhal y Oviedo e Pacco Baños Molinero, e dois autores orientais, Li Yutang e Yoshi Matsue.

Observando as regras do método de arquivamento alfabético e a situação hipotética apresentada, julgue os itens que se seguem.

- 111 Os autores espanhóis deverão ser arquivados do seguinte modo: Molinero, Pacco Baños e Oviedo, Francisco Carbalhal.
- 112 Entre as pessoas com sobrenomes iguais, prevalece a ordem alfabética do prenome. Assim, na hipótese apresentada, o correto seria arquivar Lobos, João Villa antes de Lobos, Otávio Villa.
- 113 No arquivo, primeiro virá Juvenal de Almeida e depois Marcelo da Câmara, pois os artigos e preposições como o “de” e o “da” não são considerados no momento de classificar o artigo pelo método alfabético.
- 114 No que concerne à classificação dos orientais, Li Yutang vem antes de Yoshi Matsue.
- 115 Nos locais em que aparecem três pessoas com sobrenome Santos, a classificação será na seguinte ordem: primeiro Santos, J., pois a inicial abreviada terá preferência às demais, independentemente de qual seja o nome abreviado; em segundo, Santos, Jonas dos; e o terceiro será Santos, José dos.
- 116 Na situação descrita, deve-se classificar Filho, Pedro Carvalho antes de Neto, Antônio Almeida.

Quanto à arquivologia, julgue os itens subseqüentes.

- 117 Datas-limites correspondem ao elemento de identificação cronológica de uma unidade de arquivamento, em que são indicadas as datas de início e término do período abrangido.
- 118 Iconográficos são documentos em suporte fílmico resultantes da microrreprodução de imagens, com dimensões e rotações variáveis, contendo registros de imagens não estáticas.
- 119 Repertório é o instrumento de pesquisa no qual são descritos, pormenorizadamente, documentos previamente selecionados, pertencentes a um ou mais fundos, e que pode ser elaborado segundo critério temático, cronológico, onomástico ou geográfico.
- 120 Tabela de equivalência corresponde a um instrumento de destinação, aprovado pela autoridade competente, que determina os prazos em que os documentos devem ser mantidos nos arquivos correntes ou intermediários, sendo depois recolhidos aos arquivos permanentes.